

Resenha

O discurso: estrutura ou acontecimento¹

Rodrigo Oliveira Fonseca

Na Nota ao Leitor que abre a edição brasileira de *Discourse: Structure or Event?*, Eni Orlandi afirma que Pêcheux, sem negar o percurso pelo marxismo, experimenta os seus limites. Pode ser válido acrescentar que provavelmente não o faz por vontade de atravessá-los, e sim para alargá-los, estendê-los.

Eis Michel Pêcheux, partidário e amante do fogo caloroso do trabalho crítico, alheio às convenientes e frias fogueiras incineradoras de vestígios e comprometimentos (que, segundo ele, só produzem fumaça²),... talvez seu maior legado, junto a seus companheiros de equipe e empreitada, tenha sido jamais isolar-se no seu quintal particular (qual seria este, a filosofia?, a psicologia?, a linguística?, a AD?), não acomodar-se no “seu terreno próprio” ou nas linhas delimitadoras de um jogo bastante previsível como muitas vezes o é a produção teórico-acadêmica. Com Pêcheux vemos com clareza a necessidade de partir para aqueles terrenos aos quais é preciso ir, reconhecê-los em meio às conjunturas sempre complexas do saber e do agir, e não ceder aos atalhos e trilhas gastas pelas convenções e conveniências.

Metáforas como as futebolísticas – cada vez mais presentes no universo político brasileiro da Era Lula, mas já utilizadas no início da Era Mitterand na França – podem ser (sem que necessariamente sempre o sejam) extremamente limitadoras. O desenvolvimento histórico e científico não tem quem lhes limite os avanços com um apito na boca, e as invasões de campo não necessariamente levam à suspensão do tempo. O problema, e aí entramos em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, é que justamente estas e outras metáforas, em sua aparente transparência e universalidade de aplicação, podem trabalhar consigo certas discursividades que capturam e neutralizam o real histórico naquilo que este tem de mais fugidivo e arrebatador. Elas conseguem fazer com que o novo ou potencialmente novo, de forma evidente e inequívoca, apenas confirme e atualize o cristalizado. Desarmam bombas.

1 Campinas, SP: Pontes, 1997. Tradução de Eni Orlandi do original *Discourse: Structure or Event?*, texto originalmente apresentado por Pêcheux na conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições”, realizada na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, de 8 a 12 de julho de 1983.

2 Michel Pêcheux, *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*. Anexo de *Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 294.

Ganhamos! Ganhamos? Ganhamos...

Pêcheux percorre e entrecruza três instigantes caminhos para empreender uma reflexão sobre o discurso como estrutura e como acontecimento³. O primeiro é propriamente uma análise discursiva, daquelas que abrem um vasto horizonte e nos convidam a seguir. Com o anúncio, na noite de 10 de maio de 1981, do resultado do segundo turno das eleições presidenciais francesas, milhares de pessoas, esfuziantes, reúnem-se na Praça da Bastilha e em muitas outras praças do país e entoam gritos de vitória, dentre eles um que se espalha e gruda no acontecimento: “*On a gagné!*”, “ganhamos!”. Temos então uma imagem semelhante à da final de um campeonato de futebol, sobretudo pela forma espetacular e midiática com que ela é transmitida e retransmitida. Nesta mesma noite o acontecimento é debatido (e conjurado...) pelos analistas políticos no “especial-eleições” da TV, que evocam diferentes enunciados, tendo alguns destes já prefigurado discursivamente o acontecimento antes mesmo das eleições, na esperança de antecipar (de forma controlada) ou de evitar a sua vinda. Na transmissão em “mão única” da mídia corporativa os que ficam sentados a assistir não estão na frente das câmeras.

Trabalhando um conteúdo político para este resultado ao mesmo tempo transparente e opaco, evidente e equívoco, ao “ganhamos” daquela noite somar-se-ão enunciados que minimizam ou “burocratizam” a dimensão do acontecimento (*F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa*), assim como enunciados imbuídos em aterrorizar o público mais aterrorizável (*A coalização socialista-comunista se apodera da França*), dentre outros. Em meio a este denso confronto discursivo, num jogo metafórico incessante (mas também parafrástico), é que o acontecimento daquela noite vai sendo sobredeterminado por redes de memória capazes de o absorver em suas séries.

Pelo ângulo com o qual a mídia massifica o acontecimento, impera a busca de uma univocidade transparente e de coerções lógicas disjuntivas⁴, de modo a não caberem dúvidas – a não ser aquelas performáticas, que funcionam quase como ameaças, como *Vejamos como ele irá se comportar!* Entretanto, na própria materialidade simbólica de “*On a gagné*”/“ganhamos” já podemos nos deparar com a opacidade do acontecimento: Quem ganhou? Ou melhor, quem *realmente* ganhou? Ganhou o quê, *efetivamente*? E o que significa “ganhar” neste caso? Questões absurdas de serem postas a propósito de um resultado esportivo, questões até corriqueiras no universo sócio-político.

Se incluímos no questionário o dado de que esta eleição marcou o fim do Programa Comum da União da Esquerda, que uniu socialistas e comunistas entre 1972 e 1978 e mobilizou diversos trabalhos em análise do discurso⁵, teremos ainda outra questão: a esquerda ganhou, quando menos se esperava, como consequência do seu trabalho anterior ou teria sido mero acaso, um furo, uma sorte? (aqui Pêcheux evoca um filme de Chaplin no qual o personagem Carlitos, após muito tentar acertar a bola de basquete no cesto, justamente a acerta quando desiste de tentar e a lança desajeitadamente, de costas).

Após aprofundar cada uma destas questões, Pêcheux encerra esta sua análise alertando para a necessidade de se evitar duas tentações: a que busca de todo modo negar a

3 Importante destacar aí a conjunção “e”, dada a “pegadinha” ou provocação do título original, com sua estrutura disjuntiva “A: X ou Y?”.

4 Fenômeno bastante conhecido no Brasil, que força a bipolarização eleitoral (contra ou a favor do Plano Real? Contra ou a favor dos Programas Sociais?) para manter o debate (e o próximo governo) no campo conservador, minimizando as chances de aparecerem “terceiras forças” e de debates de maior fôlego.

5 Como podemos ver no depoimento de Courtine sobre as análises contrastivas dos anos setenta, feitas para mostrar as contradições do Programa Comum (e daquela aliança!) por trás do “sentido comum” das palavras. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009, p. 126. Quanto à eleição de 1981, o PCF apoiou Mitterand somente no 2o turno.

equivocidade do acontecimento, assentando-se na estabilidade lógica (pela qual poderíamos pensar numa formulação do tipo “não há o que questionar, é exatamente isso e apenas isso o que aconteceu; afinal, as instituições têm regras e estas valem para todos, inclusive para a esquerda”); e a tentação que busca negar o próprio acontecimento em si, negando qualquer novidade e ruptura histórica, por menor que seja (“não aconteceu absolutamente nada, tudo continua igual; afinal, no capitalismo o Estado seguirá irremediavelmente como aparelho de dominação burguesa”). Temos aí, em termos políticos, a socialdemocracia mais “pragmática” e o esquerdismo mais “cínico”, socialistas e comunistas se engalinhando em leituras estreitas, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, mas ao mesmo tempo gritante e irremediavelmente equívocas.

Coisas-a-saber pra seu governo

Sujeitos pragmáticos que todos somos na gestão de nossa existência cotidiana em suas diversas urgências e tecnologias, temos certa necessidade de estabilidade e homogeneidade lógica. Esta, porém, choca-se invariavelmente com o real, que sempre extrapola o racional. O possível-hipotético do *pode ser assim* detém-se no impossível que seja de outro modo do *não pode não ser assim*, fazendo com que a aprendizagem e a aventura humana seja um processo de encontros, topadas e tropeços⁶. Demandamos um “mundo semanticamente normal” (normatizado, acrescenta imediatamente Pêcheux), mas para além desse “horizonte vital” que vai desmanchando-se na medida em que o seguimos (mas justamente e apenas *quando* o seguimos), há que se perceber também que tais demandas de normalidade, homogeneidade e estabilidade são igualmente demandas de Estado:

(...) esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas de saber contra as ameaças de toda a espécie: o Estado e as instituições funcionam o mais freqüentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda. (p. 34)

Nessa segunda parte, com um raciocínio vigoroso em sua escalada, Pêcheux mostra os limites de um ambicioso projeto de *ciência régia*, a homogeneizar, unificar e coordenar todas as “coisas-a-saber” – projeto esse que remonta a escolástica aristotélica, atravessa o positivismo em seus desdobramentos, e chega mesmo à ontologia dialética marxista, que cedeu ao desejo de onipotência, o de constituir-se numa filosofia unificada e pronta, a pretender montar “bibliotecas celibatárias” (protegidas contra saberes não-marxistas) possíveis a partir de uma ruptura epistemológica pretensamente análoga ao impacto das descobertas de Galileu sobre a física⁷.

Há pelo menos dois grandes problemas deste projeto de uma *ciência régia*. Em primeiro lugar, a aversão à equivocidade, pela necessidade suprema de homogeneidade

6 Dominique Lecourt, um epistemólogo de grande influência sobre a equipe de Pêcheux, considera a história efetiva do conhecimento científico como a história de suas rupturas, fracassos, contradições e perigos, devendo prestar maior atenção aos erros e hesitações que à verdade, de tal modo que ela conforma um espaço aberto, e não sistemático. *Para uma crítica de la epistemologia*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1973, p. 28-29.

7 Crítica (autocrítica!) essa também realizada pelo mestre Althusser, que cunhou a imagem de Marx como o descobridor do “continente história”. Ver, p. ex., o texto *Dos o tres palabras (brutales) sobre Marx y Lenin*: “O que [Marx] nos ofereceu não é um sistema total, unificado e concluído, mas sim uma obra que implica princípios teóricos e analíticos sólidos, e juntamente a isto dificuldades, contradições e lacunas” (Eco, *Revista de la cultura de occidente*. Bogotá, tomo XXII/5, marzo 1978, n.197, p. 517 - tradução minha do espanhol para o português).

lógica e pela coerção disjuntiva imposta indistintamente a saberes e regiões do real os mais heterogêneos (afinal, tal Ciência-Estado deveria governar domínios que vão da natureza à sociedade e à história). Considerações como “sim, ganhou, mas não exatamente” e “Fulano é muito ‘militar’ no civil” (que de acordo com Pêcheux são perfeitamente dotadas de sentido), seriam tidas por absurdas.

Em segundo lugar, a proibição “oficial” da interpretação (ou de outras interpretações), no momento mesmo em que ela se dá. Não basta redizer com Marx a XI Tese sobre Feuerbach, “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” e não levar muito em consideração o combate que ali se travava contra determinado tipo de materialismo ingênuo (e outros tantos que logo vieram contra os formalismos e cientificismos) e, sobretudo, não levar em conta o gigantesco trabalho de estudo e *reinterpretação* que Marx empreendeu até o final de sua vida sobre aquilo que deveria ser transformado.

Mas Pêcheux não escreve para proteger Marx ou proteger-se nele – e apela veementemente para que outros não o façam! Não são poucos os seus questionamentos em relação às “aplicações científicas” do marxismo, como por exemplo a distância entre os primeiros “instrumentos” utilizados (herdados/emprestados da burguesia, como o sindicato e o partido, que segundo Pêcheux continuaram, a grosso modo, se parecendo com o que eram antes) e suas novas finalidades revolucionárias e científicas⁸. O mais grave para Pêcheux é que aquela mesma falsa aparência de homogeneidade das outras pretensas *ciências régias*, com sua estabilidade discursiva, seguiu reinando em diferentes variantes do marxismo⁹.

Não devemos esquecer que o grande acontecimento que foi a Revolução Russa deu-se justamente contra uma leitura mecanicista da obra *O Capital*, muito popular à época. Tragicamente outras leituras mecanicistas continuaram sendo produzidas... Mas o que fazer? A responsabilidade é grande, e é intransferível. Pêcheux fecha este capítulo de forma dura: há que se encarar o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo. Talvez seja o caso de concordar com Slavoj Žižek, que vem propondo a inversão da XI Tese para o nosso atual momento: devemos parar de querer mudar o mundo às cegas, para interpretá-lo, saber o que ele é.

Ler, descrever, interpretar e responsabilizar-se

A terceira parte caracteriza a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação, colocando neste grupo a análise do discurso. O trabalho desta só pode ser desenvolvido à distância de qualquer *ciência régia*. Essa consideração (na verdade, todo esse capítulo) é fundamental para entendermos o ajuste conceitual operado na análise do discurso àquela época, o que demandou um acerto de contas com o estruturalismo.

8 “(...) para dizer a coisa brutalmente, os instrumentos não seguiram a teoria nas suas “aplicações”... o que pode também se entender como o indício que a ciência-prática em questão não foi jamais (ainda?) aplicada verdadeiramente...” (p. 41)

9 Variantes que esquivaram-se de uma marca profunda do pensamento de Marx (e também de Nietzsche e Freud), a do *racionalismo autocrítico*, que luta sim contra os velhos adversários (como o misticismo, o empirismo e o pragmatismo), mas luta inclusive consigo mesmo. Como escreve Hilton Japiassu (em *Nem tudo é relativo – a questão da verdade*. São Paulo: Letras & Letras, 2001, p. 58): “se os valores de universalidade e de humanidade não passam de valores burgueses das sociedades mercantis; se toda a cultura é feita de instintos recalçados, de defesas inconscientes contra a angústia, a culpabilidade e a morte, o que sobra da Razão?”. Em relação a outro racionalismo, o universalista, sobre o qual vão as críticas de Pêcheux contra a *ciência régia*, Japiassu escreve: “ao fazer da ciência uma referência absoluta, o racionalismo universalista, além de transformá-lo num sistema explicativo global, põe a ciência a serviço de uma concepção política que a torna semelhante à religião.” (p. 62)

Apesar do golpe certo no narcisismo da consciência humana e do reconhecimento da castração simbólica enquanto fato estrutural próprio da ordem humana, o estruturalismo por fim teria também cedido ao fantasma da ciência régia e a um outro tipo de narcisismo, o da estrutura. Seus

ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, (...) conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição de interpretação. (p. 47)

Pêcheux então apresenta duas tarefas para o desenvolvimento da análise do discurso. Uma delas, referente ao discurso como estrutura, é reconhecer o real próprio da língua – e aí, acrescentamos, está a necessidade de superar a concepção de língua como “base invariável” dos processos discursivos, como no início da AD. A condição de existência do simbólico é inseparável do papel do equívoco, da elipse, da falta, da poesia. E para não cairmos num amolecimento teórico, defende Pêcheux, há que se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente esse fato lingüístico do equívoco, e neutralizar a (aparente) consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”.

Outra tarefa, referente ao discurso como acontecimento, seria justamente a de incorporar à análise do discurso a escuta das circulações cotidianas em toda a sua heterogeneidade, para além da tradicional leitura dos Grandes Textos – e dos arquivos homogêneos. Essas duas “tarefas” em seu conjunto marcam bem as influências de Michel De Certeau, da historiografia marxista inglesa, de Wittgenstein e, sobretudo, de Jacqueline Authier e Jean-Claude Milner.

Existe o trabalho de descrever e o trabalho de interpretar. E eles não são indiscerníveis entre si. O real da língua sofre a manipulação de significações estabilizadas, dos sentidos normatizados e administrados pela higiene pedagógica do pensamento, mas sofre também as transformações do sentido, num trabalho do sentido sobre o sentido, no “re-lançar indefinido das interpretações”. Essas interpretações podem ser descritas enquanto tomadas de posição, efeitos de identificação, pontos de deriva que estão presentes em quaisquer textos, e que se abrem para (ou mesmo exigem) as redes de memória como condição do sentido.

Estrutura e acontecimento precisam então ser considerados conjuntamente. Pêcheux critica a concepção aristocrática do estruturalismo em relação ao acontecimento e às transformações. O cotidiano não é tão-somente a urgência pela reprodução da vida, não é uma circularidade fechada. O humor e o traço poético (e o inconsciente) não são exclusividades das elites. A transformação não se dá no momento heróico solitário do teórico e do poético. Isso pode ser compreendido pelo princípio mesmo do real histórico, que Pêcheux chama de “discurso-outro”, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica. Tal consideração nos abre os olhos para entender por que qualquer identificação nunca é plena, por que há deslizaamentos, derivas, e por que há injunção à interpretação, em todos os espaços sociais, a partir das filiações históricas e seus confrontos. Eis a passagem que tornou-se clássica, com justiça:

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (p. 56)

Ou seja, o discurso é *feito e trabalho, trabalho e feito*. Filiação e deslocamento. Pêcheux complementa que essa é talvez uma das razões para que haja, de fato, sociedades e história, e não uma caótica justaposição de animais em interação (“ou uma integração supra-orgânica perfeita”), como determinada leitura foucaultiana, voltada essencialmente à repetição e ao assujeitamento discursivo, poderia deixar passar.

Assim, chegamos, uma vez mais, ao tema da responsabilidade – que não por acaso é o que encerra o livro. Quatro anos antes, para o final do texto escrito como complemento crítico a *Les verités de la Palice*¹⁰, Pêcheux evocou “dois pontos incontornáveis”:

Não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.

Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”.

Em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, estes pontos são estendidos e o levam mais longe, tocando agora o *outro* e o *real* que determinam as interpretações. E para Pêcheux, este reconhecimento, que implica diretamente numa práxis, numa posição de trabalho, é “uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade”. (p. 57)

¹⁰ *Só há causa daquilo que falha...* p. 304.